

Na Casa Amarela: uma etnografia da política pública Transcidadania JP¹

*In the Yellow House:
an ethnography of public policy Transcidadania JP*

**Geissy dos Reis Ferreira de Oliveira¹,
Mónica Franch²**

1. Bacharel em Ciências Sociais, Antropóloga e doutoranda em Antropologia pelo PPGA da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupessc - Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura. <https://orcid.org/0000-0002-0198-1555> **geissykreis@gmail.com**

2. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Líder do Grupessc - Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura. <https://orcid.org/0000-0003-3845-3841> **monicafranchg@gmail.com**

Resumo: Este artigo se situa na esteira das pesquisas sobre políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil, a partir da análise de um dos braços da política municipal de João Pessoa (PARAÍBA): o Programa Transcidadania JP. Voltado para pessoas travestis e transexuais, o Transcidadania JP será focado neste texto a partir das relações entre pessoas, instituições e serviços conectados ao referido Programa, percebidos por meio de entrevistas, análise de documentos e participação observante. Para fazer a pesquisa que antecede este texto, foi feita

uma etnografia na sala do Centro de Cidadania LGBT, nos meses de setembro de 2017 a maio de 2018, buscando perceber o cotidiano desse serviço, com o objetivo inicial de compreensão e análise das dinâmicas, os sentidos e impacto do referido Programa. Nosso objetivo é compreender como o Transcidadania vem sendo implementado, e principalmente, percebido por pessoas travestis e transexuais vinculadas ao programa, e funcionárias/os da instituição.

Palavras-chave: Transcidadania JP. Direitos Humanos. Política Pública. Transexualidade. Travestilidade.

Abstract: This article on LGBTQIA+ public policies in Brazil is an analysis of one of the branches of municipal policies in João Pessoa (PARAÍBA): the Transcidadania JP Program, for transvestites and transsexuals. The research on Transcidadania JP observes the relationships between people, institutions and services connected to the Program through interviews, document analysis and observant participation. From September 2017 to May 2018, we conducted ethnographic work in the LGBT Citizenship Center, to understand the daily life of this service, with the initial objective of analyzing the dynamics, meanings and impact of that Program. Our objective was to understand how Transcidadania was implemented, and mainly, perceived by transvestite and transsexual users of the program and employees of the institution.

Keywords: Transcidadania JP. Human Rights. Public Policies. Transsexuality. Transvestility.

Introdução

São já muitas as pesquisas que dão conta do desenvolvimento de políticas públicas LGBTQIA+² no Brasil (ZANOLI; FALCÃO, 2015; ARAGUSUKU;

2. A nomenclatura do movimento, conforme fartamente discutido na literatura, mudou ao longo do tempo de um genérico “movimento homossexual” nos anos 1970 a um conjunto de letras representativas dos diferentes coletivos. A ordem e a quantidade de letras, por sua vez, também se modifica ao sabor das discussões e dos embates no movimento, sendo bastante difícil de estabilizar (FACCHINI, 2005). Neste texto, acompanhamos o consenso mais recente em torno da sigla LGBTQIA+, definindo lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersex, assexuados e demais pessoas que não se enquadram

LOPES, 2016; AGUIÃO, 2018; FEITOSA, 2019; SOUZA *et al.*, 2021, entre outros). Em linhas gerais, as análises costumam refazer a trajetória dos movimentos sociais em torno das questões de diversidade sexual e de gênero desde os anos 1970, acompanham as diversas reconfigurações dos movimentos nas décadas seguintes e o surgimento da demanda de políticas públicas, bem como apontam a redemocratização e, especificamente, os governos do Partido dos Trabalhadores como o contexto em que tais políticas foram estimuladas, estabelecidas e posteriormente implementadas. Marco importante nessa história recente, o Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004, emerge como um instrumento chave para a implementação de políticas de Estado não apenas em nível federal como também nos níveis locais (estaduais e municipais). Entre as diversas ações incluídas no documento programático do Brasil Sem Homofobia, a recomendação de criação de centros de referência foi de crucial importância para a materialização de políticas intersetoriais de enfrentamento à violação de direitos e de promoção da cidadania para a população LGBTQIA+.

Para além do estímulo vindo da esfera federal, em cada contexto local a criação de centros de referência dependeu da conjunção de uma série de fatores, tais como: governos municipais e estaduais liderados por políticos e partidos do campo progressista, movimentos sociais fortalecidos e articulados com o executivo e legislativo de cada esfera, realização de conferências estaduais e municipais com adesão e visibilidade para fazer valer a agenda do movimento junto ao Estado, presença de quadros oriundos do movimento para implementar as políticas específicas, entre outros fatores. Na Paraíba, e mais precisamente na cidade de João Pessoa, em que pesem os conflitos entre grupos políticos e suas reverberações na relação movimento/esferas de governo, essas condições foram reunidas na segunda década dos anos 2000. Inicialmente, foi o governo do estado, então liderado por Ricardo Coutinho (PSB), por meio da Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT, que criou, no ano de 2011, o Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis

nessas definições. Também utilizamos LGBT ao definir a política municipal e seus espaços, que se definiram a partir dessa sigla, acompanhando a nomenclatura do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos LGBT (BRASIL, 2009).

e Transexuais (LGBT) e enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba - Espaço LGBT, inicialmente na capital paraibana (SOARES; SCHULTZ, 2018) e desde 2021 também em Campina Grande. Já no nível municipal, o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa foi criado no ano de 2016, pela Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial, diretamente vinculada ao gabinete do então prefeito, Luciano Cartaxo (PT e depois PSD) (MOZELI *et al.*, 2021).

Neste artigo, abordamos etnograficamente um desdobramento da política LGBT municipal de João Pessoa: o Programa Transcidadania JP, voltado para as pessoas travestis e transexuais³. Inspirado no programa homônimo de São Paulo (CONCÍLIO, AMARAL, SILVEIRA, 2017), a invenção (WAGNER, 2012) paraibana do Transcidadania revela a emergência de um novo sujeito de direitos no campo da política pública municipal, simultaneamente integrado e diferenciado do genérico “LGBT”. Ao mesmo tempo, o acompanhamento do cotidiano da política pública descortina as várias dimensões não programáticas que constituem “o Estado em ação” (NATIVIDADE, 2016), e mostra como a chegada daquelas e daqueles que historicamente estiveram às margens do Estado (DAS; POOLE, 2004) tem um potencial transformador das práticas do Estado e, por que não, dos modos de fazer pesquisa.

O artigo está dividido em quatro partes: iniciamos com nota histórica sobre o movimento LGBTQIA+ na Paraíba e sobre políticas públicas LGBT em João Pessoa, com foco no Transcidadania JP; em seguida, apresentamos o contexto e as condições para a realização da pesquisa etnográfica que serve de base a este texto; na sequência, trazemos alguns resultados desta pesquisa, realizada no Centro de Cidadania LGBT, onde o Transcidadania JP funciona.

Movimento e políticas LGBT em João Pessoa: situando o Transcidadania JP

Na Paraíba, é no final dos anos 1970, em clima de pré-abertura do regime militar e acompanhando os ventos que sopravam nacional e internacionalmente,

3. Pessoas travestis e transexuais, pessoas TT's, população de travestis e transexuais, e ainda população TT, são categorias usadas em campo, que utilizaremos aqui de forma indistinta. Para uma compreensão do processo de criação de uma “população LGBT” ver Aguião (2018).

que diversos atores começam a se mobilizar, inicialmente em espaços de lazer e posteriormente de maneira organizada, em iniciativas que contestavam a moralidade sexual então dominante e elaboravam imagens positivas sobre a homossexualidade⁴. Os dois primeiros grupos de militância homossexual foram o Nós Também (em alusão ao Somos, de São Paulo) e o Grupo Beira da Esquina, fundados respectivamente em 1981 e 1984. De vida curta, ambos os grupos tinham relação com docentes e discentes da Universidade Federal da Paraíba, embora o Beira da Esquina estivesse também ligado a outros movimentos sociais. Essas iniciativas traduzem um momento de efervescência na esfera cultural e dos costumes na capital paraibana, sem proporem uma articulação com o Estado em forma de políticas públicas (GOMES; ZENAIDE, 2019; OLIVEIRA, 2018).

Como observam diversos autores, essa articulação movimento/Estado foi promovida nacional e localmente a partir dos anos 1990, impulsionada pela construção da “resposta brasileira à Aids” (PARKER, 2003; ZANOLI; FALCÃO, 2015). O enfrentamento à epidemia da aids teve efeitos paradoxais em relação ao movimento então chamado de homossexual. Se, num primeiro momento, a aids serviu à estigmatização de homossexuais, trabalhadoras/es do sexo, usuários de drogas e pessoas trans, num deslizamento da categoria epidemiológica de “grupo de risco” para o terreno das moralidades, num segundo momento esses mesmos “grupos de risco” foram mobilizados para se aliar ao Estado na produção de ações preventivas junto às comunidades mais afetadas. É fundamental lembrar a ação pioneira de travestis e transexuais no acolhimento de pessoas vivendo com HIV/aids nos primeiros tempos da epidemia, sendo Brenda Lee e sua casa em São Paulo o exemplo mais conhecido desse tipo de iniciativa.

As trajetórias do ativismo pela diversidade sexual e o movimento anti-aids se interseccionam e contribuem para o que Facchini (2005) denomina como

4. Foge à intenção deste artigo fazer uma discussão sobre movimento social LGBTQIA+ na Paraíba, apenas destacaremos brevemente alguns elementos dessa trajetória. Para um histórico do movimento LGBTQIA+ brasileiro, são referências inescapáveis Facchini (2005), Simões e Facchini (2009), entre outros. Para uma compreensão do movimento na Paraíba, ver Gomes (2016), Gomes e Zenaide (2019), Oliveira (2016) e Nascimento (2018).

um “reflorescimento” ou terceira onda do movimento pela diversidade sexual e de gênero a partir dos anos 1990. Na Paraíba, esse momento é representado pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL), fundado em 1992. De caráter misto, juntando gays, lésbicas e travestis, o MEL atuava com o público universitário e nas comunidades de base (OLIVEIRA, 2018; GOMES; ZENAIDE, 2019). No que diz respeito às políticas públicas, Oliveira (2018) observa que o MEL fez as primeiras parcerias com o Estado no final dos anos 1990 e início da década de 2000, para financiamento de ações preventivas contra o HIV. Nessa época, mais precisamente em 2002, ocorre também a segmentação e emergência de sujeitos que não mais querem se inserir num movimento único, proposta inicial do MEL. Em 2002, é fundada a Associação de Travestis da Paraíba (ASTRAPA) e o Grupo de Mulheres Maria Quitéria, aos quais depois se somariam o MOVBI (MOVIMENTO DE BISSEXUAIS DA PARAÍBA, EM 2013) e o Coletivo PETRIS (COLETIVO DE HOMENS TRANS DA PARAÍBA, EM 2015), ficando o MEL identificado com o segmento de homens gays (OLIVEIRA, 2018; GOMES, ZENAIDE, 2019).

A institucionalização desse e de outros movimentos existentes na Paraíba (NASCIMENTO, 2018) em forma de políticas públicas de combate à homofobia e apoio à população LGBT ocorreu na década de 2010, inicialmente junto ao governo do estado (2011) e em seguida pela gestão municipal (2015). O processo de implementação de uma política pública LGBT em João Pessoa se alinha com as experiências estaduais e municipais por todo o Brasil, e responde a um momento singular da democracia brasileira, marcado por uma maior visibilidade política das questões mobilizadas pelos movimentos LGBTQIA+ e uma permeabilidade do Estado para as demandas oriundas da sociedade civil de modo geral⁵, além do cenário local favorável às mesmas demandas. A promulgação da Lei Municipal nº 12.400 de 05 de julho de 2012, que criou a Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial em João Pessoa, foi demanda dos movimentos LGBTQIA+ da cidade (especificamente MEL, ASTRAPA, Maria Quitéria e PETRIS) e teve aprovação

5. Ver Zanoli e Falcão (2015) para uma descrição detalhada dos instrumentos legais e jurídicos que pavimentaram, em âmbito federal, o caminho para as políticas locais LGBTQIA+.

da Câmara dos Vereadores. Já o Centro de Cidadania LGBT, que funciona nos moldes dos centros de referência preconizados pelo Programa Brasil sem Homofobia, foi inaugurado em 17 de maio de 2016, contando com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistente social, advogado e assessores técnicos. O Centro possui caráter intersetorial, funcionando de maneira articulada às secretarias de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Habitação, além de contar com diversas parcerias com universidades públicas e privadas (MONZELI *et al.*, 2021). A ideia de iniciar um programa, dentro do Centro de Cidadania, especificamente voltado às pessoas trans (travestis e transexuais) surge ainda em 2015, a partir da visita do então gestor da Coordenadoria, Roberto Maia, ao Transcidadania de São Paulo:

No início do ano de 2015, fomos convidados para compor a mesa de abertura do I Encontro Nacional de Homens Trans na Universidade de São Paulo – USP. [...] Representando a Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial, fomos eu (ROBERTO MAIA) e Diego Rodrigues para o encontro. Quando chegamos à USP, avistamos nossos companheiros de ativismo da Paraíba, como Fernanda Benvenutty, e vários amigos do movimento nacional de homens trans, como João W. Nery e Luciano Palhano. O evento iniciou e durante a abertura ouvimos uma fala que nos chamou a atenção; era Alessandro Melchior informando sobre como eles estavam implantando o Programa Transcidadania no município de São Paulo. Logo que Alessandro terminou sua fala, pedi para ter um diálogo com ele e solicitei ir conhecer a sede do Programa em São Paulo. No dia seguinte fomos até o centro da cidade, onde fica a sede do Transcidadania, e conheci várias pessoas trans que faziam parte do Programa, dentre elas Simmy Larrat, atual presidenta da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. Ficamos tão maravilhados com o que nos foi apresentado que decidimos convidar Alessandro para ir a João Pessoa apresentar o Programa Transcidadania de São Paulo, de modo a servir de base para nós, gestores, implantarmos o Programa Transcidadania de João Pessoa. (SOUZA, 2020, p.21)

Na citação acima, a formação do Programa Transcidadania JP aparece no processo de progressiva “cidadanização” (CARRARA, 2016) das questões em torno à diversidade sexual e de gênero, e é resultado de conexões que se estabelecem nacional e internacionalmente, envolvendo gestores (muitos deles com trajetórias ativistas) e militantes de diferentes gerações - no caso específico, a geração de Fernanda Benvenuto, João Nery e Simmy Larrat, a geração intermediária identificada por Roberto Maia (entre a militância e a gestão) e a geração mais jovem representada por Luciano Palhano e Diego Rodrigues. Nas páginas que seguem, trazemos os principais resultados da etnografia realizada no Programa, abandonando o interesse nas origens e na relação movimento/Estado em favor de um olhar sobre as práticas e experiências.

“Não vá foder com minha população”: construindo uma pesquisa etnográfica no Transcidadania JP

Josy Silva me orienta sobre minha postura ali, pede para que eu participe, pergunte, questione: “Esta população gosta muito de conversar, mais do que ser observada. Elas vêm aqui para desabafar. Se você vir com amor, com afeto, aberta, você vai aprender muito e vai se inteirar, mas se vier com técnica você não vai absorver nada.” (Diário de campo, 2017, p. 1, linha 11)

Imediatamente após minha chegada ao campo⁶ com o objetivo de analisar a implementação do Programa⁷ Transcidadania JP, Josy Silva, então funcionária do Centro de Cidadania LGBT e que atuou nesta pesquisa como uma verdadeira orientadora em campo, me recebe no espaço do Centro com as orientações acima e questionamentos sobre o que eu estaria

6. A observação etnográfica será apresentada em primeira pessoa do singular, relativa a Geissy Reis, que foi quem realizou o trabalho de campo etnográfico, com orientação de Mónica Franch .

7. Programas, instrumentos de políticas públicas, “são empreendimentos complexos, que envolvem a contratação de pessoal técnico; disponibilidade de instrumentos; adequação de equipamentos públicos; alocação de recursos monetários; promoção de capacitação, de forma coordenada no tempo e no território.” (JANUZZI, 2011a)

fazendo ali e qual seria minha abordagem dos assuntos analisados. Seu medo de que eu pudesse “foder sua população” logo torna-se o meu medo. Esta é a terceira vez em que vou ao prédio amarelo, onde há duas bandeiras penduradas: a que remete ao arco-íris, simbolizando o movimento LGBTQIA+, e a bandeira do movimento transexual, com faixas de azul, rosa e branco. No térreo, o letreiro “CENTRO DE CIDADANIA LGBT” e no primeiro andar, “COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO À CIDADANIA LGBT E IGUALDADE RACIAL”. Na porta do Centro de Cidadania LGBT, um banner do “Programa Transcidadania JP”, onde figura o carimbo de uma digital do dedo polegar bem no centro. Isso sem contar o interior da instituição, repleto de cartazes contendo leis sobre a garantia do nome social, respeito à identidade de gênero e orientação sexual e demais informações caras à instituição e à sua “população alvo”.

Josy assim me orienta na primeira vez em que chego para ficar o tempo da participação observante (ALBERT; KOPENAWA, 2015), um tempo e uma dinâmica outra das primeiras duas vezes em que estive ali, a primeira durante a reinauguração do Centro de Cidadania LGBT, em 17 de maio de 2017, e a segunda, numa reunião com o coordenador Roberto Maia e a antropóloga e orientadora desta pesquisa, e co-autora deste artigo, Mónica Franch, onde falamos da minha presença ali, dos rumos da pesquisa, e da realidade vivenciada. Considero Josy Silva, minha orientadora em campo, de modo complementar a Mónica, minha orientadora na universidade, além de principal interlocutora, pelas incessantes conversas que tivemos sobre a pesquisa, seus rumos e abordagens metodológicas. Josy trazia sempre a temática da pesquisa em nossas conversações. Queria dar a entender o motivo de eu, uma “estranha em seu meio” (WAGNER, 2012, p. 32), me fazer presente em seu local de trabalho, em dias espaçados da semana, ao longo de meses. Queria também entender que metodologia seria mais adequada ao contexto, no sentido de que fosse mais confortável tanto para Josy como para as pessoas usuárias das políticas e frequentadoras do Centro de Cidadania. Metodológica, ética e essencialmente, a pesquisa etnográfica e a etnógrafa, dependiam de constante negociação e aprendizado do campo.

O Centro de Cidadania LGBT e a Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial funcionam no mesmo prédio: o Centro fica no térreo e a Coordenadoria, no primeiro andar. Ambas as instituições são vinculadas ao Gabinete do Prefeito de João Pessoa. Juntas, são chamadas também de Casa Amarela, devido à cor de suas paredes. A partir daqui, poderei me referir a elas como Centro, ou Centro LGBT, e Coordenadoria, e juntas, como Casa ou Casa Amarela. O objetivo da Casa, como consta em site próprio, é “de contribuir para o fomento de políticas públicas voltadas para os segmentos LGBT.”⁸ Sua localização é no centro da cidade, à beira do Parque Sólon de Lucena em João Pessoa. Em forma de círculo, o parque, cartão postal da cidade, é conhecido por Lagoa, em razão de existir uma lagoa em seu centro, margeada por jardins e equipamentos de lazer. A localização da Casa Amarela naquele local é estratégica pois para a Lagoa confluem grande parte das linhas de ônibus que conectam o centro da cidade aos bairros periféricos de João Pessoa e região metropolitana, além de estar próximo de repartições públicas, escritórios e comércio.

Diferentemente da Coordenadoria, criada pela Lei Municipal nº 12.400, de 05 de julho de 2012, após aprovação pela Câmara dos Vereadores, o Centro LGBT foi criado posteriormente, em maio de 2016 (MOZELI *et al.*, 2021). Em entrevista com Diego Rodrigues, assessor da Coordenadoria e posterior coordenador, a criação do Centro de Cidadania LGBT se justifica pela necessidade de um “braço” (da Coordenadoria) que atuasse diretamente com a população LGBTQIA+; no contato e acolhimento dessa população: “O que tá na lei, regulamentado, é a Coordenadoria em si, que tem o serviço de implementação de Política Pública. [A Coordenadoria] é [um órgão] mais burocrático.” (DIÁRIO DE CAMPO EM 19/09/2017). De acordo com Josy, o Centro partiu de uma necessidade, percebida por ela própria, de se estar mais próxima da população de travestis e transexuais. Josy Silva foi então da Coordenadoria para o Centro de Cidadania, e Julhanália Fernandes foi remanejada da Secretaria de Mulheres também para o Centro. Em suas novas funções, são encarregadas

8. Disponível em: <http://www.jpsemhomofobia.joaopessoa.pb.gov.br/quem-somos>. Acessado em 10 de Setembro de 2017.

prioritariamente de acolher e orientar a população LGBTQIA+ que vai à Casa para conversar, conhecer e/ou solicitar serviços. Foi na sala do Centro de Cidadania LGBT onde estive fazendo pesquisa, durante a maior parte dos meses em que ali estive, nos anos de 2017 e 2018.

O Programa Transcidadania JP é um dos que operacionalizam a política de cidadania LGBTQIA+, da Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial, em João Pessoa. Sua inspiração, de acordo com o então Coordenador Roberto Maia, é o já existente programa Transcidadania de São Paulo (CONCILIO; AMARAL; SILVEIRA, 2017; SOUZA, 2021), como já citado. O Programa é implementado pela Coordenadoria, junto ao Centro de Cidadania LGBT. Ambos dividem as responsabilidades no trato das políticas públicas, portanto, ações e elaborações desenvolvidas. O Programa Transcidadania JP propõe, em resumo: auxílio financeiro, educação, capacitação profissional, acesso a demais serviços públicos, bem como programas sociais, assistência jurídica, acompanhamento psicoterápico e facilitação para contratação em emprego formal à pessoas travestis e transexuais.

A existência das citadas instituições, bem como o trabalho que ali realizam, constituem-se em conquista dos movimentos sociais do Estado da Paraíba e situa-se na esteira do movimento de “cidadanização” (CARRARA, 2016) das dissidências sexuais e de gênero amplamente discutido pela literatura brasileira, como dito acima. A cidadania de grupos humanos historicamente desprestigiados, como os movimentos sociais têm nos possibilitado aprender, deriva da militância política destes mesmos grupos. Pessoas em situação de vulnerabilidade cujo conhecimento não está desvinculado de sua articulação política. A partir desse vínculo, concebem um mundo e uma forma de organização social onde possam exercer sua cidadania. Nesse processo, Estado, movimento e as pessoas que fazem uso dessa política (com graus diversos de participação no movimento) afetam-se mutuamente - “populações” se fazem no Estado (AGUIÃO, 2018) e a burocracia estatal “contamina-se” de práticas oriundas do movimento. O Programa Transcidadania JP estabelece suas diretrizes de atuação ao compreender e eleger as principais vulnerabilidades e potencialidades das pessoas travestis e transexuais.

Como perspectiva teórica e epistemológica, adotamos aqui as premissas do movimento decolonial e sua prerrogativa fundamental de conhecimento e adesão (se é que podemos dizer assim) ao conhecimento produzido pelos movimentos sociais. Como já citado, a criação e organização destas instituições, o Centro de Cidadania LGBT e a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial, parte da operacionalização da sociedade civil organizada; instituições municipais ligadas ao gabinete do Prefeito que se tornam possíveis graças à atuação de diversos movimentos sociais. A perspectiva decolonial nos possibilita incorporar esses saberes como forma engajada e legítima de produzir conhecimento. Nesse sentido, o pensador decolonial Walter Mignolo nos diz que

A genealogia global do pensamento decolonial (realmente outra em relação com a genealogia da teoria pós-colonial) até Mahatma Gandhi, W. E. B. Dubois, Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Fausto Reinaga, Vine Deloria Jr., Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, o movimento Sem Terras no Brasil, os zapatistas em Chiapas, os movimentos indígenas e afros na Bolívia, Equador e Colômbia, o Fórum Social Mundial e o Fórum Social das Américas. A genealogia do pensamento decolonial é planetária e não se limita a indivíduos, mas incorpora nos movimentos sociais (MIGNOLO, 2008, p. 258 *apud* BALLESTRIN, 2014, p. 106).

Estando no campo, muitas informações sobre estar aqui, sobre os/as sujeitos/as e também os resultados e procedimentos da pesquisa, enchem a minha cabeça de dúvidas, hipóteses, conexões e principalmente incertezas, onde não sobra espaço para quase nada além de algumas perguntas. Como ouvir? Como ver? O que é importante perceber? Como ser ética e parceira das/os sujeitas/os desta pesquisa? Como tratá-las/os como sujeitas/os de fato? O que e como retornar à elas/es desta pesquisa, de que modo a auxiliar em sua demanda por direitos? Como estar cotidianamente na Casa Amarela sem atrapalhar e/ou abusar? O que é etnografia na hora de fazê-la? Essa foi minha primeira

experiência em pesquisa etnográfica. E ao longo do desenvolvimento de outras etnografias, tais questões seguem perpassando meu fazer.

É necessário um resgate dos acontecimentos que antecederam e levaram à minha entrada neste campo. Esta pesquisa passou a existir como projeto e a ocorrer, de fato, pelo interesse conjunto do então Gestor Público da Coordenadoria de Promoção da Cidadania LGBT e Igualdade Racial, Roberto Maia, e da antropóloga e professora orientadora desta pesquisa, Mônica Franch, na produção de um livro sobre a Coordenaria e suas políticas públicas. Mônica por sua vez, tendo percebido a oportunidade e necessidade da realização desta pesquisa, me convidou para desenvolvê-la. À época, eu era graduanda em Ciências Sociais, bacharelado, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e foi no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que desenvolvemos a pesquisa. No início houve, logicamente, uma confusão por parte do gestor e demais funcionários sobre minha presença, que julgavam simplesmente relacionada ao processo de elaboração do citado livro. Ainda no início da pesquisa, em reunião no Centro de Cidadania LGBT, argumentei sobre meus objetivos ali, que pouco tinham relação com a produção do livro, com o qual me comprometi a contribuir com alguns resultados da pesquisa, mas que este não era o objetivo da minha presença como pesquisadora, e sim, a análise do programa Transcidadania JP. O que foi muito bem compreendido e aceito, não alterando meu acesso ao campo.

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 2017, e fevereiro a maio de 2018, me fiz presente semanalmente, ora três vezes por semana, ora duas, na Coordenadoria LGBT e Centro de Cidadania LGBT, este último, meu principal campo nesta pesquisa. Se tratando de serviços municipais, é no Centro de Cidadania onde ocorrem praticamente todos os primeiros contatos, e contatos subsequentes com a população de travestis e transexuais vinculada ao Programa Transcidadania JP e a outras políticas públicas oferecidas pelos respectivos órgãos. Assim que começo a ir a campo, Josy Silva me pede um documento assinado por mim e pela orientadora desta pesquisa que justifique minha presença no serviço e contenha mais informações sobre a pesquisa que empreenderia. Argumenta que muitas pessoas vão ali fazer pesquisa e depois

vão embora sem avisar, e sem retornar nada à Casa. Numa gaveta da mesa de Josy ela guarda um Trabalho de Conclusão de Curso de um estudante de administração que fez pesquisa ali e voltou para entregá-lo. Nesta ocasião em que me informa a necessidade do documento e diz dos/as pesquisadores/as que somem, ela tira o TCC da gaveta para me mostrar e fala da importância dessa devolutiva para a Casa. Diego Rodrigues, funcionário da Coordenadoria, também se sente incomodado com essa atitude por parte de muitos estudantes que passam por ali. Conversamos num corredor da Coordenadoria, em frente à biblioteca, quando me contou estar insatisfeito com pesquisadores/as que nunca mais retornam à Casa, que não retornam resultados da pesquisa, e/ou que usam informações apreendidas no seio destas instituições, sem no entanto lhes fazer referência. O alto índice de suicídio entre homens trans, ele me conta, é um dado que tiraram dali, e que seria muito importante seu retorno à Casa, na forma de resultado da pesquisa, devolutiva que não ocorreu.

Eu chegava à Casa por volta das oito horas, quando abria, ou às oito e meia da manhã. Josy Silva, em todas as vezes já tinha chegado, aberto a sala e estava sentada à sua mesa pronta a atender. Nossa relação inicial foi atravessada pelo fato de eu ter chegado com a pretensão de analisar um programa, e pelo fato desse programa ser o Transcidadania JP. Como já referi acima, Josy, minha orientadora do campo, sempre me ensinou muito e me estimulou a buscar a maior quantidade de informações possíveis sobre a Coordenadoria e Centro LGBT, as políticas desenvolvidas, e tudo o que vinha sendo desenvolvido ali e fora dali, para que eu não “fodesse” sua população. No início desta pesquisa, por não ter maiores informações sobre como caminhava a implementação do programa Transcidadania JP – até então só tinha tido contato com suas diretrizes –, era com bastante entusiasmo e otimismo que perguntava sobre o programa e as demais ações do Centro e Coordenadoria. O que fez com que Josy, funcionária da Casa desde antes da implementação do programa, se preocupasse com um possível enviesamento da pesquisa. Logo passou a me informar das dificuldades enfrentadas pelo programa, por ela própria, como mulher transexual, além das vulnerabilidades gerais postas a pessoas travestis e transexuais, me orientando a entrevistar quem ali chegava, quando fosse possível, para que eu pudesse de fato compreender suas realidades. Me questionava se eu

compreendia suas indagações, e se eu buscava informações sobre as causas destas dificuldades relativas ao programa, e à vulnerabilidade de pessoas TT's. Ao passo que me situava/era situada ao campo, e logo, às questões levantadas por Josy, passamos a nos entender melhor, ter conversas mais informais – dessas, combinamos que algumas ficam entre nós duas apenas –, e minha presença ali, olhada agora, com menos desconfiança.

O Estado em Ação: etnografando o cotidiano do Programa Transcidadania JP

Ao iniciar minha pesquisa de campo, contava com a certeza de que o trabalho realizado na Casa Amarela é absolutamente necessário e necessita de expansão, noções reforçadas via aprendizagem e percepção do campo, por meio de entrevistas, conversas informais e a observação participante, ou melhor, participação observante, já que durante todo o tempo em que estava presente na Casa, atuava hora na acolhida de pessoas que chegavam ao Centro, auxiliando pessoas travestis e transexuais a preencherem a ficha cadastral do Transcidadania JP, e mapeando as pessoas inscritas no Programa. Uma questão pensada desde o começo é se os recursos de que dispõe a política, bem como elementos de seu cotidiano e práticas de implementação, atendem da melhor forma as demandas do serviço e da população alvo. Logo de início, me propus a perceber em campo o quanto as pessoas TT's estão satisfeitas com o programa, e acreditava que, para tanto, precisaria de um respaldo quantitativo, na forma de “x pessoas disseram-se satisfeitas, e x pessoas insatisfeitas”. Após minha entrada, percebo que medir essa satisfação ou insatisfação não é algo linear, ou que poderia ser resumido nas categorias “sim” e “não” para o critério “satisfação”, para em seguida ser tirada uma média. Este tipo de questionamento se justificaria se, enquanto ficava no Centro de Cidadania LGBT, conversando com as pessoas que chegavam à Casa, com as que retornavam, e com as que se faziam presentes quase que constantemente ali, enfim, se nestes momentos aquelas categorias – “sim” e “não” para a satisfação, ou, satisfeita/o e insatisfeita/o – fizessem sentido, ou seja, se representassem a forma de expressão e relação das pessoas com a Casa.

É importante termos em mente, no entanto, que esta é uma das poucas

instituições públicas voltadas à pessoas LGBTQIA+⁹ no município de João Pessoa e no estado da Paraíba, apesar da conhecida vulnerabilização endereçada à pessoas TT's. Em diversas ocasiões, ouvi de Josy o comentário de que o Programa Transcidadania JP é ele próprio vítima de preconceito institucional, sugerindo que a condição estrutural da violência de gênero (aqui a transfobia) se traduz num déficit de recursos disponíveis para implementar efetivamente políticas para essa população. Essa avaliação de Josy, compatível com outros trabalhos que também discutem subfinanciamento das políticas LGBTQIA+, como é o caso da pesquisa de Zanoli e Falcão (2015) em Campinas, explica algumas das adaptações feitas no Transcidadania JP em relação à proposta original de São Paulo, pois, diferentemente do que aconteceu na capital paulista, em João Pessoa não foi possível pactuar bolsas para as usuárias e usuários (CONCILIO, AMARAL, SILVEIRA, 2017).

Se, como me disse Josy, “a administração pública é preconceituosa” faz-se necessário que a existência da Casa Amarela e as relações do público com os serviços da Casa sejam percebidos a partir das próprias condições em que se dão: de afeto, acolhimento, representatividade, escuta, possibilidade de fala das pessoas que buscam a Casa, a possibilidade também, de ali poderem conhecer e ter acesso a alguns direitos fundamentais. À época da pesquisa, anos de 2017 e 2018, o Programa Transcidadania JP não contava ainda com implementação plena das suas diretrizes e, mesmo assim, era visível sua procura constante pelas pessoas trans da cidade e até de outros municípios. Com o passar dos dias e dos meses observando o cotidiano, fui entendendo que o que fazia com que pessoas travestis e transexuais fossem à Casa e lá retornassem com alguma frequência, – maior para umas e menor para outras, a depender do deslocamento e da falta de dinheiro para a passagem de ônibus – se deve sobretudo ao acolhimento e à forma de organização do serviço da Casa Amarela acima referidos, estivessem ou não dentro do Programa Transcidadania JP.

Aprendi, com algum custo da minha parte, que os serviços oferecidos para

9. Além do Espaço LGBT - Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia na Paraíba, já mencionado neste artigo, o único serviço público voltado especificamente para pessoas trans em João Pessoa é o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais.

as pessoas travestis e transexuais, podiam ou não estarem formalmente vinculados ao Programa que fui ali analisar, me fazendo repensar o empreendimento da pesquisa, que a partir daí, se propôs a perceber a relação das pessoas travestis e transexuais com a Casa, para além unicamente do marco do Programa Transcidadania JP. Me lembro da expressão que fiz quando finalmente entendi que o Transcidadania JP era um, entre tantos programas operacionalizados pela Casa; olhei para Josy (naquele momento só estávamos nós duas na sala do Centro de Cidadania LGBT), levantei as sobrancelhas, abri levemente a boca, e disse, “ahhh”, compreensão verbalizada em seguida, e aprovada por Josy, que sorriu e acenou com a cabeça, além de verbalizar a concordância.

Momentos antes havia quatro pessoas no Centro, um homem trans que aguardava a consulta com a psicóloga, uma mulher travesti que preenchia a ficha cadastral para o Programa Transcidadania, auxiliada por Julhanália, e outras duas mulheres sentadas de frente para a mesa de Josy, uma delas travesti, e a outra transexual. Estas últimas solicitavam empréstimo ao Banco Cidadão, via mediação da Casa e orientação de Josy para preenchimento da ficha de solicitação. Situação que me ajudou a perceber a multiplicidade dos serviços, e a não vinculação de todos eles, necessariamente, ao Transcidadania. Situação, entre tantas, que me trouxe mais próxima do cotidiano da Casa e das experiências narradas por suas/eu usuárias/os.

Neste mesmo momento em que os serviços da Casa eram acessados pelas quatro pessoas ali presentes, algumas de suas vivências, de quando vítimas de transfobia, eram compartilhadas. O homem já citado falava de sua expulsão da casa dos pais, no momento em que comunica a estes sua identidade de gênero, a de homem trans. Após uma pausa em que suas lágrimas não puderam ser contidas, fala que está “de favor” na casa de uma pessoa conhecida. As mulheres ali presentes o ouvimos atentas. Em seguida foram feitos diversos comentários, todos em tom de solidariedade, condenando a situação de violência. Ao que se seguiram outros compartilhamentos: a mulher travesti que preenchia a ficha cadastral para o Programa Transcidadania JP falou de como foi expulsa da casa de seus pais, depois de levar uma “surra” dele.

A concessão de crédito pelo Banco Cidadão para pessoas travestis e

transexuais é um dos benefícios intermediados pela Casa Amarela. O serviço atua na facilitação para que essa população tenha acesso ao crédito. Facilitação que ocorre, por exemplo, com a retirada do comprovante de renda como condição inerente à concessão, alongamento do prazo para devolução do valor emprestado, isenção de taxa de juros, aceite do nome social, e mais recentemente, a opção de substituição do comprovante de residência, como contrato de aluguel ou conta, por uma declaração ofertada pelo próprio Banco Cidadão, e preenchida pela pessoa solicitante.

Eu estava na Casa no dia em que Josy ligou para a Larissa, funcionária do Banco Cidadão, informando que Éricka¹⁰ (solicitante do crédito) iria naquele mesmo dia ao banco, mas que não dispunha do comprovante de residência, até então solicitado pelo banco para a concessão do crédito. Nesta ligação, Josy argumenta em favor da substituição do comprovante de residência, na forma de contrato de locação, ou conta de energia e água, por exemplo, para a citada declaração de residência emitida pelo Banco. Em sua argumentação, expõe para a funcionária do Banco Cidadão a condição de vulnerabilização em que pessoas travestis e transexuais, em sua grande maioria, se encontram, e da necessidade de abrangê-las (suas próprias demandas) na operacionalização dos serviços. Algumas horas depois, Éricka retorna do banco com a declaração que, preenchida, serviria muito bem como comprovante de residência. Além de conseguir o serviço procurado para a usuária, a ação de Josy reverbera na funcionária do banco, amolece estruturas de aparência rígida de um modo difícil de capturar a não ser pelo trabalho etnográfico.

Em grande número, ia-se à Casa à procura de Josy, que por ter uma longa trajetória no movimento TT é bastante conhecida, e referência para as pessoas que à época iam ali. Se vai ao Centro LGBT – não à Coordenadoria, no primeiro andar do prédio – no térreo, com porta de entrada de frente ao portão que dá acesso à Casa. Ali, além da inscrição em programas sociais, conversa-se, desconstrói-se o gênero, milita-se, ali se chora, se ri, se reclama, sente-se esperança e desesperança, imaginam-se presentes e futuros, e se recorda, muitas vezes

10. Todos os nomes dos/as interlocutores/as de pesquisa, com exceção dos/as funcionários/as da Casa Amarela, são nomes fictícios.

com alguma tristeza, dos passados que quase sempre contêm expulsão da casa dos pais, entre outras violências de gênero e/ou à orientação sexual, como nos casos acima expostos. A depender do perfil da pessoa que chega ao Centro, determinadas fichas são preenchidas. Pessoas travestis e transexuais preenchem e assinam, muitas vezes com o auxílio das funcionárias, a ficha cadastral do programa Transcidadania JP, e de outros serviços disponíveis no momento, como para o acompanhamento psicoterápico feito na Casa.

Não eram raras as situações em que pessoas iam ao Centro para conversar, sem necessariamente demandar, nessa visita, algum serviço oferecido pela Casa. Conversas sobre identidade de gênero, orientação sexual, violência de gênero e direitos, sempre ocorriam. Às vezes, acontecia de no preenchimento das fichas cadastrais, os campos “identidade de gênero”, “orientação sexual” e “nome social” dispararem uma série de memórias, de indagações e reflexões sobre o significado dos termos, e sobre auto identificação. Presenciei, em dias diferentes, duas situações em que, duas mulheres, na faixa de 50 anos, se questionavam se preencheriam o campo como “travesti”, ou “mulher trans”. As pessoas presentes, em ambas as situações, buscavam contribuir, apresentando a compreensão que tinham dos termos, e/ou, expressando a forma como se auto-denominam, se mulher trans, se travesti, se homem trans, e se hétero, homo ou bissexual. Em ambas as situações, a conversa gerada pelos campos contidos nos formulários e a resposta nada óbvia aos mesmos esclarecem o modo como pessoas se tornam “população”, na compreensão de Aguião (2018), passíveis de gestão pelo Estado.

Durante a maior parte do tempo em que estive na Casa, a retificação de nome e gênero exigia laudo psicológico para o primeiro, e médico para o segundo¹¹, o que contribuía para a busca do serviço. Com o mínimo de quatro consultas o laudo podia ser expedido. A busca pela psicoterapia, contudo, ocorria não somente por esse motivo. Era comum que, após conseguirem o laudo, usuárias e usuários dessem continuidade à psicoterapia, mesmo com as dificuldades de deslocamento até o Centro, dentre outras situações desfavoráveis. Em uma das minhas idas à Casa, conheci Marcos, que morava na

11. No dia 1 de Março de 2018 houve a alteração desta exigência.

cidade de Campina Grande/PB, e semanal ou quinzenalmente ia à Casa, para atendimento psicoterápico. Numa conversa que tivemos na calçada em frente à Casa, até onde o acompanhei para que pudesse pegar um ônibus intramunicipal para o Hospital Clementino Fraga, e lá tomar o ônibus que o levaria de volta à sua cidade, ele me disse que fazia esse deslocamento pela especificidade da Casa, endereçada à cidadania de Pessoas LGBTQIA+, e pela gratuidade dos serviços: do ônibus intermunicipal disponibilizado pela prefeitura de Campina Grande, com ponto final no referido hospital, da psicoterapia, da orientação e acompanhamento jurídico ofertados pela Casa nos processos de retificação de nome e gênero.

Outra frente importante de atuação ligada ao Transcidadania JP tem a ver com a inclusão da população TT no mercado formal de trabalho. Com essa finalidade, o programa faz parcerias com empresas privadas para contratação de pessoas travestis e transexuais por meio dos processos seletivos já existentes nas empresas. É importante dizer que não há a formulação de processos específicos para atender a esta população, como cotas ou seleções direcionadas, a Casa assim o prefere, para que não seja fabricada uma distinção entre as pessoas contratadas. Ao invés disso, há a prática de deixar na Casa currículos que periodicamente serão enviados às empresas no período em que abrem para contratação. Roberto Maia, então Coordenador da Casa, nos diz que a intenção da parceria com as empresas, além da facilitação da contratação e orientação sobre os temas identidade de gênero e orientação sexual, é para que não haja a necessidade de mediação da Casa Amarela, e sim que se crie entre as empresas um hábito de contratar pessoas travestis e transexuais, o que imediatamente implica em conhecê-las e reconhecê-las ontologicamente. É necessário, conclui Josy, capacitar e sensibilizar estas empresas no trato com pessoas travestis e transexuais, e o que é também muito importante, cuidar da autoestima dessas “meninas” e “meninos” para que não se intimidem com os olhares e as “conversinhas” a seu respeito, que não deixem de usar o banheiro no local de trabalho, tão pouco beber pouca ou nenhuma água para não ter de usá-lo, com medo das represálias.

No atual cenário brasileiro, com a crescente perda de direitos, e a posição

ocupada pelo país, há 13 anos consecutivos, como o que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo, cuja expectativa de vida é de 35 anos, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022), nos atentemos para suas demandas e condições sociais, para suas estratégias de sobrevivência e para as políticas públicas voltadas para essa população; o que elas nos dizem da administração pública, e da facilitação do acesso a ela própria enquanto política ao público alvo a quem se destina? A implementação dos programas que operacionalizam estas políticas públicas caminha junto com as diretrizes originais e com as demandas de pessoas travestis e transexuais e dos movimentos sociais?

Em mapeamento das pessoas inscritas no Transcidadania JP, 58 pessoas travestis e transexuais até o primeiro semestre de 2018, as informações contidas nas fichas cadastrais do Programa, apontam para o seguinte: o grau de escolaridade de 22,56% das pessoas vinculadas é de 5ª à 8ª incompleto, 12,03% com ensino médio incompleto e 37,59% com ensino médio completo. É minoritário o número de pessoas travestis e transexuais que estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior e há ainda as/os que tenham só concluído a quarta série do ensino fundamental. Quanto à atuação no mercado de trabalho, é de 60,90% o número de travestis e transexuais desempregadas/os. E 53,38% desta população tem renda mensal de R\$0,00. No ano de 2017, apenas duas pessoas das 48 pessoas que preencheram a ficha cadastral, tinham renda maior do que um salário mínimo, não ultrapassando, no entanto, o valor de R\$ 2.000,00. Destas pessoas, 6 não tinham renda alguma, 27 não informaram. Com renda mensal menor que um salário mínimo, 9 pessoas, e com renda de um salário mínimo, uma pessoa. No primeiro semestre de 2018, somente 37,5% das pessoas travestis e transexuais que preencheram a ficha cadastral do programa Transcidadania JP, informaram que dispunham de algum renda, destas (37;5%) pessoas, 25% possui renda mensal menor que um salário mínimo, além do que, uma destas conta com três dependentes economicamente. Em um dos formulários, através dos quais pude mensurar estas informações, havia como resposta na questão sobre a renda mensal: “Nenhuma”.

Nancy Fraser aponta para a estreita relação que o gênero estabelece com

economia e desqualificação social, a partir da qual podemos pensar as condições de vulnerabilização socioeconômica e cultural de pessoas travestis e transexuais, como o medo de andar na rua, compartilhado por muitas das pessoas travestis e transexuais com quem conversei, e sua condição econômica nos dados sobre renda trazidos acima.

Quando consideramos coletividades localizadas na região intermediária do espectro conceitual, encontramos tipos híbridos que combinam características da classe explorada com características da sexualidade desprezada. Essas coletividades são bivalentes. O gênero é um modo bivalente de coletividade. Ele contém uma face de economia política, que o insere no âmbito da redistribuição. Mas também uma face cultural-valorativa, que simultaneamente o insere no âmbito do reconhecimento. Naturalmente, as duas faces não são claramente separadas uma da outra.” (FRASER, 2006, p. 233-234)

As citadas instituições (COORDENADORIA E CENTRO LGBT) atuam voltadas à cidadania LGBTQIA+, o programa Transcidadania, no entanto, lida exclusivamente com mulheres e homens transexuais e mulheres travestis como seu público alvo; em relatório enviado à Prefeitura pela Coordenadoria e Centro, são as “Principais Vulnerabilidades da População das Travestis e Transexuais:”

Não inserção no mercado de trabalho formal; Não reconhecimento social, jurídico de travestis e transexuais; Transfobia Social; Evasão precoce da escola; Expulsão de casa, falta de apoio da família; Condições precárias de moradias ou situação de rua; Prostituição como única forma de trabalho e renda; Violência pública; Migração para a rede de exploração sexual; Atendimento discriminado nas políticas públicas; Processo transsexualizador clandestino; Dificuldade de acesso às políticas de educação, saúde e desenvolvimento social.

Na ocasião da condução de uma das entrevistas semi-estruturadas que fiz na Casa, ocorria ao lado, no Parque Sólon de Lucena, uma comemoração aberta às/aos transeuntes. Chamei Jéssica, logo após a realização da entrevista, para

irmos até lá, ver de perto e participar daquele evento em que se aglomeravam muitas pessoas. De imediato ela recusou meu convite, “não tenho coragem ... ai, tenho medo”, disse. Em consonância, Bento argumenta que “Pessoas que solicitam cirurgias de transgenitalização são expulsas de casa, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais” (BENTO, B. 2008, p. 12). Além de que, argumenta Butler, são lidadas socialmente como *corpos abjetos*, ou seja, o corpo não reconhecido como sujeito, um corpo não legitimado que nem deveria existir e que pertencem a regiões inóspitas (BUTLER, 2002). No contexto desta pesquisa o corpo abjeto relaciona-se ao corpo que transita entre os gêneros, mas que não necessariamente têm a cirurgia de transgenitalização como objetivo. Pessoa-corpo, cujos processos de exclusão vão desde o não reconhecimento do nome social e não contratação em empregos formais, ao absurdo índice de violência e morte da população de travestis e transexuais, e também (embora menos publicizado) à alta taxa de infecção pelo HIV e de morte em decorrência de complicações pela Aids.

Nas conversas com as pessoas travestis e transexuais vinculadas ou não ao Transcidadania JP, em entrevistas particulares e diálogos de sala de espera e na calçada da Casa, as questões referentes, direta ou indiretamente, à transexualidade e travestilidade, bem como seus desdobramentos, nos ajudam, aqui, a discutir a relevância e processo de implementação das diretrizes do programa Transcidadania JP. Discussão que não representa, em absoluto, uma verdade ideal positivista, do campo de pesquisa e suas/seus sujeitas/as), “o texto construído da etnografia, que se pretende convincente, verdadeiro e objetivo, ora esconde ora passa ao largo de questões tais como a articulação da subjetividade do autor com as das pessoas pesquisadas”, o contexto e as limitações de pesquisa (TRAJANO FILHO, 1986, p. 140).

Aqui retornamos à formulação e implementação do programa Transcidadania JP. São seus objetivos específicos: a) preparação e inserção da população trans de João Pessoa no mercado do trabalho formal; b) elevação da escolaridade básica; c) formação profissional; d) transferência de renda; e) inserção nos programas habitacionais existentes; f) articulação da gestão para inserir essa população nos programas sociais; g) inserção na atenção básica no SUS (SOUZA, 2021). Destes, os objetivos de formação profissional e transferência

de renda, estão sendo prejudicados por ausência de repasse orçamentário do Município, nos informou o então coordenador, Roberto Maia. O que acreditamos ter confluência com o que Josy nos chamou à atenção: o fato da administração pública ser “preconceituosa”, o que nos faz retornar à noção de *identidades bivalentes* de Nancy Fraser (2006), para compreender como a administração pública, os governos, e o Estado Brasileiro¹² praticamente inviabilizam a noção e as consequências práticas de que pessoas travestis e transexuais são pessoas cidadãs, de que a cidadania lhes pertence, para quem, portanto, políticas públicas não devem continuar na escassez em número e recursos, para quem a política da exclusão, da morte e da violência não pode continuar se perpetuando.

Quanto às diretrizes de preparação para o mercado de trabalho e elevação da escolaridade básica, ocorria, à época, parceria com o Centro de Línguas Estrangeiras de João Pessoa, e parceria com o EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS), com o objetivo de facilitar a entrada de pessoas travestis e transexuais nestes serviços formativos, além de promover discussões sobre a temática nestes ambientes, para que a entrada da população TT fosse acompanhada de respeito, logo, da garantia da condição cidadã. Já a inserção no mercado de trabalho vem ocorrendo através de parcerias com empresas privadas, que também passam por capacitação de pessoal oferecida pelo Centro e Coordenadoria, no que tange a questões de gênero e sexualidade, a fim de que sejam reconhecidas as demandas das pessoas TT's que poderão vir a ser contratadas pelas empresas. Após terem seus currículos em mãos (via Casa Amarela), as empresas entram em contato com alguns e algumas das pessoas TT's, informando a data do processo de seleção.

Percebo, em campo, que o baixo volume de recursos financeiros para os serviços oferecidos pelo programa Transcidadania JP é uma questão bastante importante para as/os funcionárias/os da Casa, que constantemente estão

12. A participação de Direitos da Cidadania - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos no orçamento efetivo da União, pago em 2017, correspondeu a 0,028 %¹² do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. Menor que no ano anterior, em 2016, que teve 0,037 % de investimento em Direitos da Cidadania. No ano de 2018, o valor percentual pago até julho, corresponde a 0,024 % do PIB.

refletindo sobre o programa, e demais serviços que ali oferecem, a partir das demandas e vulnerabilidades da população alvo. É por isso entendem a importância de que as diretrizes das políticas sejam plenamente implementadas, a exemplo da transferência de renda para as pessoas travestis e transexuais que preencheram a ficha cadastral do programa. Apesar disso, como vimos, o programa não deixa de acontecer. À época ele se articulava via parcerias com Secretarias Municipais (a exemplo da Secretaria da Mulher), e suas respectivas instituições, com universidades públicas e privadas, bem como com as empresas contratantes de pessoas TT's.

Durante as entrevistas semi-estruturadas, perguntava sobre a vida em geral, a experiência na escola e outras instituições públicas, a relação com empregos formais, o modo como chegaram ao Centro LGBT e o que já haviam conseguido ali em termos de direitos, e sobre o processo da transexualidade e da travestilidade. Sobre o acesso ao SUS, Bárbara, auto identificada como mulher transexual, conta-nos que

É horrível, horrível, porque quando eu sofri o acidente de moto, eu não tava com carteirinha de identidade nem cartão do sus, ela não podia atender, ai como eu não podia falar né essas coisas, aí quem foi, foi minha prima ai ela era evangélica, ao invés de ela falar meu nome feminino né, que já não tinha identidade, ela não ia saber, ela pegou e deu meu nome de homem, aí lá um monte de gente, e ela chama 'Fabiano?' Ai eu, 'Por que tu não desse meu nome de mulher?' É constrangedor! Aí todo mundo fica olhando, entendeu? quando a pessoa se levanta, a gente olha os olhares. É horrível!
(BÁRBARA, 24 ANOS)

À Juliana, auto identificada como mulher trans, pergunto sobre como é precisar do Estado, e ela nos diz o seguinte:

Eu nunca procurei depender do Estado, nunca procurei, já por causa disso, desse atendimento mecânico, porque pra alcançar o Estado é muito longe, essas pessoas distanciam demais as coisas pra gente, dificultam mais,

dificultavam né, porque agora temos nossos Centros LGBT, graças à Deus.
(JULIANA, 40 ANOS)

Bárbara e Juliana, ao trazerem estas narrativas sobre suas relações com o serviço público, nos dizem, entre outras coisas, o quanto não são públicas estas instituições, visto que para Serpa (2003, p.22) “Se é certo que o adjetivo ‘público’ diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo.” Ao perceber a dimensão de classe da acessibilidade, e de gênero podemos colocar, o autor conclui que “a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, ‘hierárquica’.” (2003, p.26). A respeito desta hierarquia, para nela situar a pessoa travesti e a pessoa transexual, vivendo e se deslocando pela cidade, basta que nos recordemos das informações sobre a expectativa de vida, de apenas de 35 anos, atravessada pelo alto índice de homicídios transfóbicos, dos dados sobre renda e escolaridade, e da quase completa impossibilidade de estar em empregos formais, como nos explica Juliana:

Ainda tava na casa do meu pai, antes eu ia atrás de emprego, já fui muito, deixava currículo ali, currículo aqui, as pessoas me olhavam, porque eu era uma pessoa afeminada até demais, só em eu vir olhando, já diziam assim: ‘aquele ali é um fresco’, com licença da palavra porque já falei, usando esses termos de baixo calão, e eu nunca, nunca consegui (JULIANA, AUTO IDENTIFICADA COMO MULHER TRANS, 40 ANOS).

Ao ouvir a Juliana, a Geovana, a Josy e a Bárbara diretamente, somadas às/ aos demais interlocutoras/es desta pesquisa, olho, ouço e escrevemos (OLIVEIRA, 1996) “‘por meios de que’, ou ‘através de que’” (GEERTZ, 1997, p. 89). De como eles e elas percebem a Casa, a cidade, o mundo, e se percebem, em interação. Por meio de narrativas, elas/es me abriram, me apresentaram, me inseriram e me ensinaram sobre seus espaços e realidades.

Se falamos em alto índice de desemprego entre pessoas travestis e

transexuais, falamos, necessariamente - a partir do que aprendemos com elas - das múltiplas violências coladas à tentativa de estar num emprego formal. “As portas sempre tá fechada, as portas sempre tá fechada, a gente nem fala, mas quando eles vêm o documento, que tem aquela identificação, as portas fecham”, conclui Geovana, 46 anos, auto identificada como mulher travesti.

Ficando por aqui...

No período em que estive em participação observante na Casa, acompanhei suas rotinas, que desconstroem formas engessadas e estereotipadas de atuação do serviço público, ao mesmo tempo em que constroem outras formas de existência deste espaço e de oferta do serviço público à população assistida, por perceber falha a extrema burocracia, a formalidade e inacessibilidades, de praxe no serviço público que, de forma geral reproduz preconceitos e, portanto violência, desencadeados por uma estrutura de funcionamento excludente e por profissionais muitas vezes não inseridos/as no debate de gênero e sexualidade, seja *queer*¹³, seja feminista. Percebemos esse cenário numa relação pessoal com os serviços públicos, e em um imaginário social que desprestigia ora um ora outro de seus métodos enrijecidos, mas principalmente nas falas das/os funcionárias/os e usuárias/os da Casa Amarela, que rotineiramente distinguem positivamente o serviço desta casa dos demais órgãos públicos.

Se para a pessoa que vai ao Centro em busca de seus serviços, há qualquer dúvida ou dificuldade, como saber o horário de funcionamento no outro órgão onde precisará ir para dar seguimento ao serviço ofertado pela Casa, ou saber o endereço deste mesmo órgão, ou ainda a necessidade de um documento de que não dispõem, Josy e Julhanália fazem a busca das informações necessárias e as repassam, além de entrar em contato com a instituição solicitante de determinado documento, e quando necessário, negociar uma flexibilização para

13. A teoria *queer* propõe abordagens de gênero e sexualidade que rompem com categorias e preceitos heteronormativos e essencialistas destes, pensando-os não numa lógica higienista ou biológica, mas social e psicologicamente. O padrão social de sexualidade e papéis de gênero funcionam como pano de fundo pra teoria, que foca no sujeito e sua autonomia para decidir sobre que performance sexual e de gênero prefere para si.

inserção das pessoas travestis e transexuais.

Acreditamos que tais avanços no trato humano, na conquista e garantia de direitos cidadãos atrelados às demandas da população LGBTQIA+, em especial TT, de forma empírica e em tempo mais próximo do real, ocorrem, na Casa, graças certamente à natureza do Centro e da Coordenadoria, do papel a que se destinam, de luta pela cidadania, e também à representatividade - de pessoa LGBTQIA+ para pessoa LGBTQIA+ -, e constante reflexividade sobre questões de gênero. Os/as funcionários/as vinculados à Casa Amarela, salvo os seguranças, psicólogos e assistentes sociais escaladas, e a mulher responsável pela limpeza, são LGBTQIA+, critério para ser funcionária/o da Casa. Representatividade a que Josy sempre se refere como “lugar de fala” em suas narrativas sobre a formulação de políticas públicas. “Sou travesti” ou “sou mulher trans”, dá início a muitas das falas de Josy, a que se segue “respeitem meu lugar de fala”.

A vivência das/os funcionárias/os como pessoas LGBTQIA+, ou seja, a representatividade, nos parece, traz novas configurações para o funcionamento do serviço público. Sofrer violência por ser LGBTQIA+, e TT em especial, (por constituir população privilegiada da pesquisa) gera, segundo Josy, entre tantas coisas, desconfiança tanto das instituições, como de pessoas, gera repulsa a determinados olhares e risadas, facilmente identificados por ela quando preconceituosos/curiosos, “nós travestis e transexuais somos muito sensíveis ao olhar, por tudo o que a gente passou e passa” diz Josy. O que leva essa população a se fechar em casa, a não procurar qualquer tipo de serviço público, complementa Josy, “o que leva essa população a se suicidar¹⁴”, conclui Afonso, autodeclarado homem trans em sua primeira visita ao Centro. Por isso mesmo, a compreensão, o respeito, o acolhimento, a risada, o acolhimento do choro, os incentivos, e a conversa em termos que são comuns às pessoas travestis e

14. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 800 mil suicídios foram registrados em 2015 em todo o mundo, dos quais 75% em países de média e baixa renda. O Brasil ocupa a 8ª posição no ranking de países com maior incidência de suicídios, superando o número de 12 mil casos por ano. O suicídio é uma das causas mais recorrentes das mortes de travestis, mulheres transexuais e homens trans do Brasil nos últimos tempos (NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane e CABRAL, Euclides, 2017).

transexuais¹⁵ são fundamentais aqui na relação servidor/a e população assistida.

Em resumo, a representatividade e a preparação dos/as funcionários/as para atender de forma respeitosa e inclusiva pessoas LGBTQIA+, além da forma amigável e até afetuosa com que se relacionam, são fundamentais ao acolhimento e prestação de serviço do Centro à esta população. Avanços que, em forma de palestras, mesas e rodas de diálogo, se esforçam por transmitir às demais instituições públicas e privadas. A exemplo do Consultório na Rua que pediu à Casa Amarela que os capacitasse para o atendimento da população TT, e ainda, que os ajudassem a repensar suas estratégias de atuação, que embora ocorresse na rua, justo para atender mais pessoas, não conseguia abranger a população de travestis e transexuais. Solicitações que a Casa atendeu de pronto. Funcionários/as da Coordenadoria e do Centro deram oficinas com os temas de gênero, sexualidade e vulnerabilidade social e se colocaram à disposição para seguir em diálogo.

Assim que comecei esta pesquisa não fazia distinção entre quais ações faziam parte da programa Transcidadania JP, especificamente, e quais as que constituíam a política de cidadania LGBTQIA+ da Casa, sem, contudo, estar inserida no programa Transcidadania JP. Também não distinguia a mensuração de quem está inscrita/o no programa, e quem se beneficia do programa. Toda Pessoa LGBTQIA+ que vai ao Centro de Cidadania LGBT tem a seu dispor uma série de benefícios, alguns sendo implementados, outros não implementados em plenitude, pelos motivos que tratamos. O mesmo vale para as pessoas travestis e transexuais que recorrem à Casa e são inscritas no Transcidadania. Preencher a ficha cadastral do programa Transcidadania não significa que a pessoa passará a contar imediatamente com seus serviços oferecidos, seja porque alguns ainda não foram implementados completamente, seja porque, no momento em que procurou o Centro, a data para inscrição em algum programa social, e/ou o tempo de cadastro para emprego em alguma empresa privada, já havia expirado, tendo que esperar até o próximo período de abertura. Durante a pesquisa, fui alertada para o fato de o programa Transcidadania não dispor de maiores recursos e investimentos orçamentários e estruturais, devido mesmo

15. Incluindo "cú, caralho e buceta", nos diz Josy.

à especificidade do programa; pelo preconceito e discriminação à população TT serem estruturais, e portanto, relacionados aos problemas citados, argumentava-se. Questão que, ao expor a transfobia, só corrobora para a urgente necessidade de investimento e ampliação das políticas públicas e seus programas voltados às pessoas travestis e transexuais.

Já no fim deste texto, pontuamos que a Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial e o Centro de Cidadania LGBT vêm desenvolvendo políticas e programas voltados à população LGBTQIA+, de modo a lidar com as diversas vulnerabilidades dessa população, e por isso são de extrema importância. Aqui nos dedicamos a apresentar o Programa Transcidadania, suas diretrizes originais e processo de implementação, além da Casa Amarela e parte de sua população alvo, em interação.

Concluimos que as diretrizes contidas no Programa Transcidadania, demonstram conhecimento e comprometimento com seu público alvo. Tendo estado presente no cotidiano de implementação deste programa, fica evidente a vontade geral de participar e se beneficiar dele, o que implica necessariamente, que disponha de maiores recursos, de maior atenção e investimento, visto a extrema importância do serviço.

As/os funcionárias/os das citadas instituições, devido sua constante reflexividade acerca dos serviços que ali oferecem, alertam para a carência orçamentária para o programa em particular, além da falta de incentivo e financiamento público para demais programas e políticas públicas que desenvolvem, e tentam, junto à setores públicos, angariar recursos que possibilitem a plena implementação do Programa. Carência de recursos que atribuem à violência de gênero institucional. Nos deparamos com uma política de redistribuição deficitária, embora incipiente, mas com uma política de reconhecimento efetiva, que promove entre as pessoas usuárias um sentimento de pertença e apropriação em relação ao Centro. O aspecto de acolhimento, afeto e respeito não deve ser negligenciado, como contraponto a vivências marcadas por violências reais e simbólicas a que essa população está submetida. Por fim, fazendo eco ao grupo/movimento decolonial latino americano, acreditamos no estabelecimento de relações cada vez mais horizontais e próximas a serviços dessa natureza; de luta por direitos humanos, e por cidadania, formas de existência e de saber que

queremos cada vez mais atrelados à Antropologia e a nosso fazer.

Referências

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. (Org.) BENEVIDES, G. Bruna G. Brasília: Distrito Drag, 2022.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés. Preconceito, discriminação e cidadania LGBT: políticas públicas em Mato Grosso e no Brasil. **ACENO**, vol.3, n.5, p.242-258, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2013, n.11, pp.89-117. ISSN 0103-3352

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CONCILIO, Isabela Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Moreira (org.). **Transcidadania**. Práticas e trajetórias de um programa transformador. São Paulo: Koinonia; Prefeitura de São Paulo, 2017.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana. n. 32 - ago. / ago. / aug. 2019, p.90-118.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. **Revista Cadernos de Campo**, São Paulo, n.14/15, p.231-239, 2006.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. RJ: Vozes, 1997.

GOMES, José Cleudo. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT**: Análise das Ações do Programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/PB. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação

da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GOMES, José Cleudo; ZENAIDE, Maria Nazareth. T. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 8, 2019, p. 1-20.

JANNUZZI, P. M. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, DF, v. 36, 2011, p. 251-275.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 1, n. ju/dez. 2013, p. 13-48. DOI: 10.20336/rbs.41.

MONZELI, Gustavo Artur; BRAGA, Iara Falleiros; SOUZA, Roberto Cezar Maia de Souza; FRANCH, Mónica. O Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa: um panorama histórico. In: SOUZA, Roberto Cezar Maia *et al.* **Políticas públicas como lugar de resistência: o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa**. João Pessoa: Unipê, 2021.

NASCIMENTO, Silvana. A vanguarda da diversidade sexual no interior paraibano: do sertão à serra da Borborema. In: NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mónica (Org.). **Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba**. Salvador: Editora Devires, 2019, p. 53-72.

NATIVIDADE, Marcelo. "Preâmbulo: sobre deslocamentos e margens". **Margens da política: estado, direitos sexuais e religiões no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane e CABRAL, Euclides. **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Brasil: Rede Trans Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v.39, n.1, p.13-37, 1996.

OLIVEIRA, Tiago de L. Da política como partição e resistência: esboço de historiografia do movimento LGBT em João Pessoa, Paraíba. In: NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mónica (Org.). **Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba**. Salvador: Editora Devires, 2019, p. 29-52.

PARKER, Richard. Construindo os alicerces para a resposta ao HIV/AIDS no Brasil: o desenvolvimento de políticas sobre o HIV/AIDS, 1982 – 1996. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 27, agosto 2003. p. 8-49.

TRAJANO FILHO, Wilson. Que barulho é esse, o do pós-moderno? **Anuário antropológico**, 86, Brasília, 1988.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceito, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Gilberta; SCHULZ, Roberta. Retirando do armário as políticas públicas para LGBT na Paraíba. In: NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mónica (Org.). **Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba**. Salvador: Editora Devires, 2019, p.73-92.

SOUZA, Roberto Cezar Maia. O Programa Transcidadania JP e a inclusão de travestis e transexuais nas políticas públicas. In: SOUZA, Roberto Cezar Maia *et al.* **Políticas públicas como lugar de resistência: o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa**. João Pessoa: Unipê, 2021.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2012.

ZANOLI, Vinicius Pedro Correia; FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. “Desmanche”: notas sobre as disputas em torno da legitimidade das políticas LGBT no Brasil. **Caderno de Campo**, n.24, 2015, p.264-289.

Recebido: 28/03/2022

Aceito: 26/04/2022